



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 0005112-92.2010.8.26.0003

Registro: 2021.0000889642

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0005112-92.2010.8.26.0003, da Comarca de São Paulo, em que é apelante AILTON FERREIRA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado VIAÇÃO PARATODOS LTDA (ATUAL DENOMINAÇÃO VIAÇÃO SÃO JORGE LTDA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS DIAS MOTTA (Presidente sem voto), VIANNA COTRIM E FELIPE FERREIRA.

São Paulo, 28 de outubro de 2021.

ANTONIO NASCIMENTO

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 0005112-92.2010.8.26.0003

5ª Vara Cível do Foro Regional de Jabaquara/SP

Apelante: AILTON FERREIRA

Apelada: VIAÇÃO PARATODOS LTDA

MM Juíza de Direito: Dr. GUSTAVO SANTINI TEODORO

VOTO Nº 30478

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Acidente de trânsito (atropelamento) – Responsabilidade civil subjetiva – Culpa exclusiva da vítima – Aplicação do ditame do art. 252 do Regimento do Tribunal de Justiça de São Paulo. RECURSO DESPROVIDO.

A r. sentença de fls. 318/318vº julgou **improcedente a ação de indenização por danos materiais e morais** decorrente de acidente de trânsito, proposta por **Ailton Ferreira** contra **Viação Paratodos Ltda.** Em razão da sucumbência, o autor foi condenado a arcar com as custas e despesas do processo, além dos honorários advocatícios da parte adversa, estes fixados em 10% sobre o valor dado à causa, ressalvada a concessão da gratuidade judiciária.

Inconformado, o autor recorre (fls. 322/325), alegando que se revelou incontestado a culpa do acionado pelo sinistro.

Recurso recebido, processado e contrarrazoado (fls. 329/332).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 0005112-92.2010.8.26.0003

É o relatório.

Cuidam os autos de **ação de indenização por danos materiais e morais**, por meio da qual o autor alega que, na data de 17/08/2019, foi vítima de atropelamento na Rua Engenheiro Armando Arruda Pereira, em frente ao Terminal Urbano Conceição, pelo coletivo, de propriedade do réu, de placa DJF 7740. Relata que o acidente decorreu por conta da conduta imprudente da motorista do coletivo. Requer a condenação do demandado ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais.

A lide foi reputada improcedente, sob fundamento da inexistência de prova da culpa do requerido. E, de fato, é forçoso convir que a solução alcançada em 1ª instância se mostrou de afinada com os ditames da justiça comutativa.

A responsabilidade civil, pelo nosso ordenamento jurídico, exige a tríplice concorrência do prejuízo à vítima, do ato culposo do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente (art. 159 do Cód. Civil de 1916 e art. 186 do atual Diploma Civil). Em outras palavras: para que se configure o dever de indenizar é indispensável que o prejuízo guarde etiologia com a culpa do agente.

De acordo com as provas carreadas aos autos, que bem noticiaram a dinâmica do acidente, não se evidenciou a responsabilidade do réu sobre os fatos ocorridos. Pelo contrário, elas conduzem à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 0005112-92.2010.8.26.0003

conclusão de que o acidente decorreu por culpa exclusiva da vítima, uma vez que não obedeceu ao que prescreve o art. 69 do CTB,¹ quanto à travessia de pedestres em vias públicas.

A única testemunha que presenciou o acidente, Daniel teixeira, relatou que: “o pedestre que foi atingido não estava andando pela faixa, mas sim saindo de entre duas vans...” (fls. 250).

Fica claro, portanto, que o fato desencadeador do acidente foi a imprudência da vítima, que ingressou na pista destinada ao tráfego de veículo sem a devida cautela, fora da faixa de travessia de pedestres, vindo, por isso, a ser colhida pelo veículo do réu.

Confira-se, nessa direção, o seguinte pronunciamento jurisprudencial, observadas as peculiaridades de cada caso:

“ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. *Pressupostos ausentes para a responsabilização do réu. Incontroverso o atropelamento. Acidente que teve como causa a travessia inopinada da autora. Culpa exclusiva da vítima. Improcedência que se impõe. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.*”²

“INDENIZATÓRIA DANO MORAL ACIDENTE DE TRÂNSITO.

Atropelamento e morte da vítima. Ajuizamento da ação indenizatória pelos filhos. Ausência de prova da culpa do condutor do caminhão, de

¹ Art. 69. Para cruzar a pista de rolamento o pedestre tomará precauções de segurança, levando em conta, principalmente, a visibilidade, a distância e a velocidade dos veículos, utilizando sempre as faixas ou passagens a ele destinadas sempre que estas existirem numa distância de até cinquenta metros dele, observadas as seguintes disposições:

² TJSP – 25ª Câmara de Direito Privado – Apelação nº 0009773-84.2012.8.26.0637 – Rel. Des. **Azuma Nishi** – J. 30/03/2017.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 0005112-92.2010.8.26.0003

*propriedade da empresa ré. Nexo causal não demonstrado. Comprovação, ademais, da ocorrência de culpa exclusiva da vítima, a qual tentou empreender travessia do leito carroçável em evidente estado de embriaguez. Improcedência mantida. **Recurso desprovido.***³

Postas estas premissas, **nega-se provimento** ao recurso.

Antonio (Benedito do) **Nascimento**
RELATOR

3 TJSP – 27ª Câmara de Direito Privado – Apelação nº 0105318-25.2007.8.26.0002 – Rel. Des. **Cláudio Hamilton** – J. 02/09/2014.